

Prezado Leitor:

As ameaças aéreas e marítimas evoluem consideravelmente, em pouco espaço de tempo, tornando-se cada vez mais diversificadas, furtivas e eficientes, conduzindo a horizontes cada vez mais incertos e complexos para o planejamento e a execução da defesa do espaço aéreo sobrejacente ao território e do extenso e rico litoral do Brasil.

A Força Terrestre, instrumento de ação do Exército Brasileiro, é estruturada, organizada e preparada com base em capacidades, dentre as quais se situam a Defesa Antiaérea, exercida pela Artilharia Antiaérea e a Defesa do Litoral, cujo principal meio de ação é a Artilharia de Costa.

Como se pode constatar pela observação dos combates em curso pelo mundo, tais capacidades devem proporcionar a atuação nos diversos domínios do ambiente operacional, tendo reflexo nas suas três dimensões: física, humana e informacional.

O conceito operacional do Exército Brasileiro (COEB) descreve que, no horizonte do ano de 2040, a Força Terrestre deverá estar em condições de ser empregada em ambiente operacional condicionado por alguns aspectos, como a hiper conectividade, urbanização, automação ampliada, aceleração do combate, maior letalidade seletiva e monitoramento das ações.

Assim, por excelência de seus fundamentos e princípios, a Artilharia Antiaérea e a Artilharia de Costa proporcionam à Força Terrestre as capacidades de atuar, singularmente e em conjunto com as forças Naval e Aérea, em proveito da convergência de efeitos, sincronização, simultaneidade, combinando atitudes nas três dimensões do combate. Para isso, são dependentes de meios tecnologicamente avançados para funcionamento de suas estruturas sistêmicas.

Na publicação que lhes apresentamos, o emprego da Defesa Antiaérea e da Defesa do Litoral serão exploradas no âmbito do Conceito das Operações de Convergência, onde o Cap Trentini, da EsACosAAe em nosso primeiro artigo, busca apresentar um estudo que auxilie a Força Terrestre a

condensar diferentes capacidades para aplicá-las, simultaneamente, contra um eventual inimigo declarado.

No segundo artigo, o Maj Caio, da ECEME, apresenta os desafios de interoperabilidade no multidomínio, tendo como pano de fundo a defesa do litoral, cujo desenvolvimento da doutrina poderá coadunar forças para aumentar a interoperabilidade e a eficácia do emprego conjunto.

No terceiro artigo, o Cap Gambarra, da EsAO, enfoca a defesa anti SARP, assunto recorrente em todas análises e reportagens a respeito dos combates atuais, com foco nas lições aprendidas da observação do conflito entre Ucrânia e Rússia, relativas à defesa anti SARP de menores dimensões, úteis à Força Terrestre em operações de não guerra.

Em seguida, o Cap Falci, da EsACosAAe, explora o uso de ferramentas digitais para apoio técnico ao exame de situação, apresentando uma proposta de modelo confiável e simples para a execução de algumas atividades pertencentes à Análise de Inteligência de Combate (AIC), subsídio de apoio às tomadas de decisão.

Por fim, o Cap Spido, da EsACosAAe, conduz nossa observação às comunicações, imprescindíveis para quaisquer ações em combate, destacando a importância dos conjuntos rádios HF (*high frequency*) para a Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro alocada ao SISDABRA, com foco no emprego desses meios para a garantia da continuidade das ligações.

Com o desejo de que nesta publicação sejam encontrados subsídios para atualização e enriquecimento profissional, desejamos boa leitura.

“QUEM DEFENDE O BRASIL NÃO TEM MEDO, E SÓ TEM UM DEVER: É LUTAR!”

“O SOL É O CZA!”

